

# **ÁGUAS DO ALGARVE, S.A.**

**CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO COM PUBLICIDADE**

**INTERNACIONAL PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE:**

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA JURÍDICA E  
PATROCÍNIO JUDICIÁRIO**

**(Ref.<sup>a</sup>: JUR-CLPQ. AS-02/2023)**

**PROGRAMA DE CONCURSO**

**JULHO DE 2023**

## **Artigo 1.º**

### **Objeto**

O presente concurso público limitado por prévia qualificação com publicidade internacional tem por objeto a aquisição de serviços de assessoria jurídica e patrocínio judiciário à sociedade Águas do Algarve, S.A.

## **Artigo 2.º**

### **Entidade adjudicante**

A entidade adjudicante é a **Águas do Algarve, S.A.**, adiante designada por **AdA**, com sede na Rua do Repouso, n.º 10, em Faro, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Faro, sob o número único de matrícula e pessoa coletiva 505 176 300, com capital social de 29.825.000,00 EUR (*vinte e nove milhões e oitocentos e vinte cinco mil euros*), telefone: +351 289 899 070, website [www.aguasdoalgarve.pt](http://www.aguasdoalgarve.pt), correio eletrónico geral. [ada@adp.pt](mailto:ada@adp.pt).

## **Artigo 3.º**

### **Órgão que tomou a decisão de contratar**

A decisão de contratar foi tomada pelo Conselho de Administração da AdA, em 26 de julho de 2023.

## **Artigo 4.º**

### **Plataforma eletrónica**

O presente concurso é tramitado na plataforma eletrónica de Contratação Pública AcinGov, acessível através do sítio eletrónico <http://www.acingov.pt>.

## **Artigo 5.º**

### **Esclarecimentos e erros e omissões sobre as peças do procedimento na fase de apresentação das candidaturas e qualificação dos candidatos**

- I. Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e as listas com a identificação dos erros e omissões das mesmas peças devem ser apresentados pelos interessados na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º até às

18h00m00s do dia em que terminar o primeiro terço do prazo para a apresentação das candidaturas.

2. Os esclarecimentos referidos no número anterior são prestados pelo júri, na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, até às 23h59m00s do dia em que terminar o segundo terço do prazo para a apresentação das candidaturas.
3. O órgão competente para a decisão de contratar, pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, até às 23h59m00s do dia em que terminar o segundo terço do prazo para a apresentação das candidaturas.

#### **Artigo 6.º**

##### **Esclarecimentos e erros e omissões sobre as peças do procedimento na fase de apresentação e análise das propostas e adjudicação**

1. Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e as listas com a identificação dos erros e omissões das mesmas peças devem ser apresentados pelos interessados na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º até às 18h00m00s do dia em que terminar o primeiro terço do prazo para a apresentação das propostas.
2. Os esclarecimentos referidos no número anterior são prestados pelo júri, na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, até às 23h59m00s do dia em que terminar o segundo terço do prazo para a apresentação das propostas.
3. O órgão competente para a decisão de contratar, pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, até às 23h59m00s do dia em que terminar o segundo terço do prazo para a apresentação das propostas.

#### **Artigo 7.º**

##### **Qualificação dos candidatos**

A qualificação assenta no modelo simples, sendo qualificados todos os candidatos que preenham os requisitos mínimos de capacidade técnica e de capacidade financeira.

---

*Concurso Limitado por Prévia Qualificação - “Aquisição de Serviços de Assessoria Jurídica e Patrocínio Judiciário”*

*Programa de Concurso*

## **Artigo 8.º**

### **Requisitos mínimos**

1. -Considera-se que os candidatos possuem capacidade técnica para a execução dos serviços postos a concurso quando demonstrem deter a qualificação técnica e a experiência curricular descritas nos números seguintes e se proponham afetar à prestação de serviços 2 (dois) elementos com as qualificações e experiência curricular definida.

2. Os candidatos devem preencher os seguintes requisitos mínimos de capacidade técnica:

**a) Qualificação técnica e experiência curricular do candidato:**

- i. Inscrição na Ordem dos Advogados para a prática de atos próprios dos advogados, em conformidade com o disposto nos artigos 1.º e 6.º da Lei n.º 49/2004, de 24 de agosto ou em entidade equivalente que regule o exercício desta profissão em país da União Europeia;
- ii. Experiência comprovada em contencioso judicial de, pelo menos, de um mínimo de 4 (quatro) anos, de contratos relativos à prática de atos próprios dos advogados, tal como definidos no artigo 1.º da Lei 49/2004, de 24 de agosto, na(s) área(s) do direito correspondente, com um valor global, resultante da soma dos valores dos contratos, igual ou superior a 300.000,00 EUR (trezentos mil Euros), dos quais pelo menos 2 (dois), independentemente do valor, tenham sido celebrados com uma empresa pública, bem como dos serviços de assessoria jurídica prestados;
- iii. Experiência comprovada de, pelo menos, 3 (três) anos, seguidos ou interpolados, de prestação de consultoria jurídica em matéria de sistemas multimunicipais de captação, tratamento e abastecimento de água para consumo público e de saneamento de águas residuais;

**b) Qualificação técnica e experiência curricular de cada um dos elementos da equipa a afetar à prestação de serviços:**

- i. Licenciatura em Direito;
- ii. Inscrição em vigor na Ordem dos Advogados ou em entidade equivalente que regule o exercício desta profissão em país da União Europeia;

- iii. Experiência profissional comprovada de, pelo menos, 4 (quatro) anos, em procedimentos de contratação pública e direito administrativo, cobrança de dívidas dos utilizadores municipais, direito penal e contraordenacional, incluindo Contraordenações ambientais;
- iv. Experiência profissional comprovada mínima de 3 (três) anos, seguidos ou interpolados, em intervenções em juízo em ações de contencioso administrativo, incluindo contencioso de contratação pública;
- v. Experiência comprovada de, pelo menos, 2 (dois) anos, seguidos ou interpolados, de prestação de consultoria jurídica em matéria de sistemas multimunicipais de captação, tratamento e abastecimento de água para consumo público e de saneamento de águas residuais.

3. Os candidatos devem preencher os seguintes requisitos mínimos de capacidade financeira:

a) **O requisito mínimo da capacidade financeira é traduzido na seguinte expressão matemática:**

$$V \times t \leq R$$

Sendo:

V — O preço base global de € 250.000,00 (*duzentos e cinquenta mil euros*).

t — A taxa de juro EURIBOR a seis meses, acrescida de 200 pontos base, divulgada à data da publicação do anúncio no Diário da República.

R — O valor médio dos resultados operacionais do candidato nos últimos três exercícios, calculado com recurso à seguinte função:

$$R = \frac{\sum_{i=1}^{i=3} EBITDA(i)}{3}$$

Sendo:

EBITDA (i):

- i. No caso de candidatos com contabilidade organizada nos termos do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) criado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, o resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos, definidos como previsto em anexo à Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- ii. No caso de candidatos com contabilidade organizada nos termos do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, os proveitos operacionais deduzidos das reversões, de amortizações e ajustamentos e dos custos operacionais, mas sem inclusão das amortizações, dos ajustamentos e das provisões, apresentados pelo candidato no exercício j, sendo este um dos três últimos exercícios concluídos, desde que com as respetivas contas legalmente aprovadas.
- iii. No caso de o candidato se ter constituído há menos de três exercícios, para efeitos de cálculo de R só são tidos em conta os resultados operacionais do candidato nos exercícios concluídos, sendo o denominador da função adaptado em conformidade.

### **Artigo 9.º**

#### **Documentos que constituem as candidaturas**

##### **I. As candidaturas devem ser constituídas pelos seguintes documentos:**

- a) Documento Europeu Único de Contratação Pública, cujo formulário tipo foi aprovado pelo Regulamento de Execução (UE) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016;
- b) Certificado de inscrição em vigor na Ordem dos Advogados para a prática de atos próprios dos advogados do candidato ou em entidade equivalente, que regule o exercício desta profissão em país da União Europeia;
- c) Para o preenchimento do requisito de experiência técnica indicado na subalínea ii) da alínea a) do número 2 do artigo anterior, o candidato deve apresentar uma lista dos serviços executados, com a caracterização da entidade adjudicante (sector/área de atuação/natureza jurídica), bem como as datas de início e conclusão dos serviços e a descrição dos principais serviços executados, demonstrada através de declarações abonatórias emitidas pelas entidades para as quais os trabalhos foram executados;
- d) Para o preenchimento do requisito de experiência técnica indicado na subalínea ii) da alínea a) do número 2 do artigo anterior, o candidato deve identificar os trabalhos

executados em contencioso judicial na área de contratação pública, com a caracterização entidade adjudicante (sector/área de atuação/natureza jurídica);

- e) Para o preenchimento do requisito de experiência técnica indicado na subalínea iii) da alínea a) do número 2 do artigo anterior, o candidato deve identificar os trabalhos executados em matéria de consultoria jurídica em matéria de sistemas multimunicipais de captação, tratamento e abastecimento de água para consumo público e de saneamento de águas residuais, com a caracterização entidade adjudicante (sector/área de atuação/natureza jurídica);
- f) Certificado de inscrição em vigor na Ordem dos Advogados ou em entidade equivalente, que regule o exercício desta profissão em país da União Europeia, de cada um dos 2 (dois) elementos a afetar à prestação de serviços;
- g) Lista nominativa da equipa a afetar e respetivos curricula vitae de cada um dos elementos indicados, onde deve constar a identificação dos serviços prestados relevantes para aferição da experiência profissional indicada nas subalíneas iii), iv) e v) da alínea b) do número 2 do artigo anterior, bem como a identificação da entidade (sector/área de atuação/natureza jurídica), e as datas de execução e funções/tarefas desempenhadas, com indicação da legislação aplicada nas mesmas.
- h) Para efeitos da avaliação da capacidade financeira do candidato referida no número 3 do artigo anterior, equivale ao preenchimento deste requisito a apresentação de declaração bancária conforme **ANEXO I** ao presente programa de concurso, que do mesmo faz parte integrante (cfr. Anexo VI do CCP).
- i) Para a avaliação da capacidade financeira do candidato, a candidatura deve ser acompanhada dos documentos de prestação de contas dos últimos três anos, ou dos relatórios de transparência, bem como de outra documentação considerada relevante.
- j) Documento comprovativo dos poderes de assinatura e de vinculação do candidato por parte de quem assina a candidatura, designadamente certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor.

2. Quando, para efeitos do preenchimento dos requisitos mínimos de capacidade técnica, o candidato recorra a terceiros, independentemente do vínculo que com eles estabeleça, nomeadamente o de subcontratação, a respetiva candidatura é ainda substituída por uma

declaração através da qual estes se comprometam, incondicionalmente, a realizar determinadas prestações objeto do contrato a celebrar.

3. Caso o candidato revista a forma de agrupamento e exista um representante comum do agrupamento, a candidatura deve ainda ser constituída por declaração contendo a designação do representante comum, bem como pelos instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros do agrupamento.
4. Caso o candidato revista a forma de um agrupamento:
  - k) O documento previsto na alínea a) do n.º I deve ser apresentado por todos os seus membros;
  - l) Os documentos destinados à qualificação previstos nas alíneas b) a i) do n.º I têm de ser apresentado por todos os seus membros.
5. Os documentos referidos nos n.ºs 1, 2 e 3 devem ser redigidos em língua portuguesa ou, no caso de não o serem pela sua própria natureza ou origem, são obrigatoriamente acompanhados de tradução devidamente legalizada.

## **Artigo 10.º**

### **Prazo para apresentação das candidaturas**

As candidaturas devem ser apresentadas na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º até às 18h00m00s do **30º (trigésimo) dia**, a contar da data do envio para publicação do anúncio no Diário da República.

## **Artigo 11.º**

### **Modo de apresentação das candidaturas**

1. Os documentos que constituem as candidaturas devem ser apresentados na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, devendo ser assinados eletronicamente.
2. A assinatura eletrónica referida no número anterior deve ser aposta mediante a utilização de um certificado digital que reúna os seguintes dois pressupostos:
  - a) Seja um certificado de assinatura eletrónica qualificada;



- b) Contenha as informações que permitem relacionar o assinante com a sua função e poder de representação do concorrente.
- 3. O cumprimento do requisito previsto na alínea b) do número anterior pode ser substituído pelo carregamento na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º de um documento que permita comprovar os poderes de representação de que o assinante dispõe.
- 4. No caso de a candidatura ser apresentada por um agrupamento concorrente, a assinatura eletrónica a que se referem os n.ºs 1 e 2 deve ser aposta pelo representante comum, caso exista, devendo ser juntos os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros do agrupamento, ou por todos os membros do agrupamento, mediante a utilização de um certificado digital que cumpra os requisitos previstos nos n.ºs 2 e 3 do presente artigo.

### **Artigo 12.º**

#### **Prazo para a decisão de qualificação**

É de 45 (quarenta e cinco) dias, o prazo para a decisão de qualificação.

### **Artigo 13.º**

#### **Critério de adjudicação e critério de desempate**

- 1. A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator, a avaliação do preço enquanto único aspeto do contrato a celebrar, sendo avaliado unicamente o preço/hora apresentado.
- 2. Caso seja ordenada mais do que uma proposta no mesmo lugar, serão considerados, para efeitos de desempate, os seguintes critérios:
  - a) O júri notifica os concorrentes que apresentaram as propostas empatadas, com uma antecedência mínima de 2 (dois) dias, da data, da hora e do local da realização do sorteio;
  - b) A cada concorrente é atribuído o número correspondente à ordem de entrada da sua proposta e que serviu de base à elaboração da lista dos concorrentes;
  - c) Numa urna são introduzidas as bolas com os números respetivos, procedendo-se seguidamente à sua extração;

- d) A ordenação das propostas objeto do sorteio é efetuada de acordo com a ordem da extração efetuada; A cada concorrente é atribuído o número correspondente à ordem de entrada da sua proposta e que serviu de base à elaboração da lista dos concorrentes;
- e) A não comparência de todos ou de alguns dos interessados não constitui fundamento de não realização ou de adiamento do sorteio, nem de exclusão das respetivas propostas.

#### **Artigo 14.º**

##### **Documentos de habilitação**

1. No prazo de **5 (cinco) dias** a contar da notificação da decisão de adjudicação, o adjudicatário deve apresentar na plataforma referida no artigo 4.º *supra*:
  - a) Declaração elaborada em conformidade com o modelo constante do **ANEXO II** ao presente Programa de Concurso, que do mesmo faz parte integrante (cfr. Anexo II do CCP);
  - b) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
  - c) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a impostos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
  - d) Certificado do registo criminal do adjudicatário, bem como dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência e estes se encontrem em efetividade de funções;
2. Caso o adjudicatário revista a forma de um agrupamento, os documentos de habilitação previstos nas alíneas a), b), c) e d) do n.º 1 devem ser apresentados por todos os seus membros;
3. Os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa ou, no caso de não o serem pela sua própria natureza ou origem, são obrigatoriamente acompanhados de tradução devidamente legalizada.

4. No caso de não emissão dos documentos ou certificados referidos nas alíneas b), c) e d) do n.º I ou se estes não se referirem a todos os casos referidos nas alíneas b) e h) do n.º I do artigo 55.º do CCP, podem os mesmos ser substituídos por uma declaração solene, sob compromisso de honra, feita pelo interessado perante a autoridade judicial ou administrativa competente, um notário, ou um organismo profissional qualificado.
5. Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde aqueles documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
6. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por um período não superior a cinco dias, na sequência de solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar antes de expirado o prazo a prorrogar.
7. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:
  - a) No prazo fixado no n.º I, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 85.º do CCP;
  - b) No prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar, no caso previsto no n.º 8 do artigo 81.º do CCP, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 85.º do CCP;
  - c) Redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua.
8. Caso se verifique um facto que determina a caducidade da adjudicação nos termos do artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos, e esse facto não seja imputável ao adjudicatário, este dispõe de um prazo adicional para a supressão das irregularidades detetadas, a conceder em função das razões indicadas, de até 5 (cinco) dias, sob pena de caducidade da adjudicação.
9. No mesmo prazo que o concedido para a apresentação dos documentos de habilitação, o adjudicatário deve apresentar uma declaração de aceitação do código de conduta para fornecedores, elaborada em conformidade com o modelo constante do **ANEXO III** ao

presente Programa, sob pena de caducidade da adjudicação nos termos do artigo 87.º-A do CCP.

### **Artigo 15.º**

#### **Caução**

Não é exigida a prestação de caução.

### **Artigo 16.º**

#### **Modalidade jurídica do agrupamento adjudicatário**

1. Caso a decisão de adjudicação recaia sobre proposta apresentada por agrupamento concorrente, todos os respetivos membros, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de [consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho OU agrupamento complementar de empresas, previsto no Decreto-Lei n.º 430/73, de 25 de Agosto].
2. O agrupamento adjudicatário deve fazer prova da associação referida no número anterior antes da celebração do contrato, sob pena de caducidade da adjudicação.

### **Artigo 17.º**

#### **Celebração do contrato**

1. O contrato será elaborado em suporte informático e assinado por meios eletrónicos, considerando-se outorgado na data de aposição da última assinatura.
2. O prazo concedido para a outorga e remessa do contrato pelo adjudicatário ser-lhe-á comunicado com a antecedência mínima de três dias úteis.
3. O incumprimento do prazo concedido para a outorga e remessa do contrato pelo adjudicatário é causa de caducidade da adjudicação.
4. Correm por conta do adjudicatário as despesas inerentes à celebração do contrato.

## **Artigo 18.º**

### **Dados Pessoais**

1. Os dados pessoais, que eventualmente constem das candidaturas e das propostas, bem como dos respetivos anexos serão analisados pela entidade adjudicante, exclusivamente no âmbito do presente procedimento, no estrito cumprimento das obrigações legais decorrentes do Código dos Contratos Públicos (CCP), respeitando as normas legais aplicáveis em matéria de proteção de dados.
2. Com a entrega das candidaturas e das propostas, os candidatos e os concorrentes assumem a responsabilidade no cumprimento da legislação aplicável à proteção de dados pessoais, designadamente na licitude da obtenção dos dados pessoais e na publicitação dos mesmos na plataforma eletrónica.
3. A entidade adjudicante garante que os dados pessoais serão conservados pelo prazo estritamente necessário, tendo em atenção os critérios legais aplicáveis.
4. A entidade adjudicante garante igualmente que os candidatos e os concorrentes podem, de forma gratuita, solicitar esclarecimentos adicionais para efeitos de exercício dos seus direitos no âmbito da proteção de dados pessoais, bem como podem apresentar reclamação junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados.
5. Todas as comunicações respeitantes a esta matéria deverão ser remetidas para o Encarregado de Proteção de Dados através do seguinte endereço eletrónico [dpo.ada@adp.pt](mailto:dpo.ada@adp.pt) ou da morada Rua do Repouso, n.º 10, 8000-302 Faro.

## **Artigo 19.º**

### **Legislação aplicável**

Em tudo o que se encontrar omissa no presente Programa do Procedimento, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação complementar aplicável.

# ANEXOS

**ANEXO I**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO BANCÁRIA**  
**(a que se refere a alínea h) do n.º I do artigo 9.º)**

Procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), cujo anúncio foi publicado no Diário da República de..., e no Jornal Oficial da União Europeia de... (se aplicável)

... (designação, número de identificação fiscal e sede) (adiante, instituição de crédito), neste ato representada por... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de... (qualidade em que declara: representante legal, procurador ou outra), com poderes para o ato, declara, para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 3 do artigo 179.º do Código dos Contratos Públicos e da eventual adjudicação da proposta que... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes) (adiante, candidato) venha a apresentar no referido procedimento, o seguinte:

- a) A instituição de crédito obriga-se, perante o candidato e... (designação, número de identificação fiscal e sede da entidade adjudicante), a pôr à disposição do candidato todos os meios financeiros previsivelmente necessários ao integral cumprimento das obrigações resultantes do contrato a celebrar no caso de a adjudicação recair sobre a proposta a apresentar;
- b) Em cumprimento da obrigação prevista no número anterior, que vigora desde o início do prazo de vigência do contrato, a instituição de crédito atribui ao candidato uma linha de crédito que o habilita a sacar, para o efeito da execução do contrato, os referidos meios financeiros;
- c) A emissão, a validade e a eficácia da presente declaração e a constituição, a modificação e a extinção, a qualquer título, das obrigações por ela constituídas, são integralmente disciplinadas pela legislação portuguesa aplicável.

... (local),... (data),... (assinatura).

**ANEXO II**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DO ADJUDICATÁRIO**  
**(a que se refere a alínea a) do n.º I do artigo 14.º)**

I - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante, junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º



**ANEXO III**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO CÓDIGO DE CONDUTA**  
**PARA FORNECEDORES**  
**(a que se refere o n.º 9 do artigo 14.º)**

(Empresa), com sede na (morada), contribuinte n.º (.....), representada por (cargo e nome), assume o compromisso de cumprir e fazer cumprir o Código de Conduta para Fornecedores (COD.3), declarando que no âmbito da sua atividade e em cumprimento da legislação nacional:

- a) Não utiliza qualquer forma de trabalho infantil;
- b) Não utiliza qualquer forma de trabalho forçado;
- c) Proporciona um ambiente de trabalho seguro e saudável e toma as medidas adequadas para prevenir acidentes, incidentes e danos à saúde dos seus trabalhadores;
- d) Não coloca qualquer objeção à associação dos trabalhadores, a sindicatos ou à possibilidade de associação coletiva;
- e) Não realiza qualquer tipo de discriminação, direta ou indireta, baseada na ascendência, idade, sexo, orientação sexual, estado civil, situação familiar, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical, não interferindo no exercício dos direitos, que lhe estão associados;
- f) Não permite comportamentos que se revistam de carácter coercivo, ameaçador, abusivo ou exploratório;
- g) Não realiza qualquer tipo de punição corporal, mental ou coerção física ou verbal;
- h) Cumpre com as leis aplicáveis sobre o horário de trabalho e cumpre o pagamento de horas extraordinárias;
- i) Assegura que a composição dos salários e benefícios seja detalhada e clara para os trabalhadores.
- j) Compromete-se a colaborar nas atividades de monitorização que a Águas do Algarve venha a promover, no âmbito do seu sistema de responsabilidade empresarial, junto da (empresa);

- k) “Não Prejudicar Significativamente”, contribuindo para o desenvolvimento sustentável, rumo a uma neutralidade climática da economia e da sociedade até 2050;
- l) Promove as ações de reparação e ações corretivas para tratar quaisquer não conformidades que coloquem em causa os requisitos da norma SA 8000, identificadas no âmbito da monitorização referida no n.º j);
- m) Informa a Águas do Algarve de quais são os fornecedores ou subcontratados que estão a prestar serviço ou fornecer qualquer material ou equipamento, no âmbito do Contrato, sempre que solicitado;
- n) Informa os seus fornecedores e subcontratados do conteúdo desta declaração.

Mais declara, a veracidade dos elementos acima descritos, subscritos por esta empresa.

(Localidade), (dia) de (mês) de (ano)

---

Assinatura(s)